

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.643 - RJ (2019/0322665-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**  
**ADVOGADOS** : **LUIZ HENRIQUE OLIVEIRA DO AMARAL - RJ052759**  
: **MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA - RJ110501**  
**RECORRIDO** : **JOANA TROTTE - ESPÓLIO**  
**REPR. POR** : **MARCO ANTONIO PEDROSO - POR SI E REPRESENTANDO**  
**ADVOGADO** : **MAURO ANTONIO DA SILVA - RJ147473**

**DECISÃO**

Trata-se de recursos especiais interpostos por COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado (fls. 195/197):

*Apelação Cível. Relação de Consumo. Ação Declaratória c/c Repetição de Indébito. Concessionária de serviço público. Fornecimento de água. Ausência de hidrômetro. Cobrança realizada por estimativa. Impossibilidade. Inteligência da Súmula TJ N. 152: "A cobrança pelo fornecimento de água, na falta de hidrômetro ou defeito no seu funcionamento, deve ser feita pela tarifa mínima, sendo vedada a cobrança por estimativa." Impossibilidade de cobrança fictícia. Revisão do débito impugnado que se impõe, com base na tarifa mínima praticada. Alegação de cobrança ilegal de tarifa de esgoto. Improcedência do pedido. Reforma que se impõe. Laudo pericial conclusivo pela inexistência de todas as etapas do esgotamento sanitário. O posicionamento do STJ, proferido no julgamento do REsp nº 1.339.313/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC, embora respeitável, não possui efeito vinculante, sobretudo porque proferido sob única ótica tributarista. O Decreto nº 7.217/2010 que regulamentou a Lei 11.445/2007, padece de vício de legalidade, ao extrapolar a mens legis da lei federal. A Lei Federal, ao traçar as diretrizes do saneamento básico, trouxe como princípio fundamental a integralidade das atividades. Necessária a interpretação em consonância com o art. 225 da CFRB. A ausência de prestação de todas as etapas revela ofensa, também, à Dignidade Humana, haja vista que o Direito à vida condiciona-se ao meio ambiente equilibrado. Cláusula que prevê a cobrança abusiva que é nula de pleno direito, em consonância à previsão contida no art. 51, IV do CDC. Repetição do indébito na forma dobrada, conforme previsão contida parágrafo único do art. 42 do CDC. Prazo prescricional.*

*Inteligência da Súmula 412 do STJ. Dano moral não configurado. Precedentes citados: 0010372-93.2006.8.19.0001 - APELAÇÃO - DES. PETERSON BARROSO SIMAO - Julgamento: 19/03/2014 - VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR; Resp 1.117.903/RS de 01/02/2010, Rei Min. Luiz Fux; 0037888-80.2009.8.19.0002 - APELAÇÃO - DES. ROBERTO GUIMARAES - Julgamento: 09/04/2014 VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR; 0212675-86.2012.8.19.0001 - APELAÇÃO DES. PETERSON BARROSO SIMAO - Julgamento: 01/04/2014 - VIGÉSIMA QUARTA Julgamento: 01/04/2014 - VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR; 0249780-73.2007.8.19.0001 - APELAÇÃO DES. ROBERTO GUIMARAES - Julgamento: 12/03/2014 - VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR; 0010368-16.2012.8.19.0205 - APELAÇÃO DES. AUGUSTO ALVES MOREIRA JÚNIOR - Julgamento: 01/04/2014 - VIGÉSIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR; 0012735-59.2011.8.19.0007 - APELAÇÃO DES. MARCELO LIMA BUHATEM - Julgamento: 21/10/2014 - VIGÉSIMA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL; 0032243-42.2012.8.19.0205 - APELAÇÃO DES. INES DA TRINDADE - Julgamento: 03/06/2013 - SEXTA CÂMARA CÍVEL APELAÇÃO CÍVEL. PARCIAL PROVIMENTO DO PRIMEIRO RECURSO. DESPROVIMENTO DO SEGUNDO.*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 508-515).

Em suas razões recursais, a COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE alegou violação dos arts. 9º, do Decreto nº 7.212/10 e 42, parágrafo único, do CDC. Para tanto, sustenta, em síntese, que a Lei "*admite expressamente que a prestação de qualquer uma das etapas do tratamento do esgoto sanitário, ainda que o serviço não seja totalmente prestado, já é suficiente para legitimar a cobrança integral tarifa prevista em lei*" - (fl. 222).

É o relatório. Decido.

Tendo em vista que a questão de fundo se relaciona à prestação e à cobrança por serviço público, determino sejam os autos encaminhados para redistribuição a um dos Ministros das Turmas integrantes da Primeira Seção, nos termos do art. 9º, § 1º, IX, do RISTJ.

Cumpra-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator